

Carol de Abreu (Superintendente 21ª.SR/ ES) 13/08/04

Lado A

Lucieni: (...) O processo que eu queria entender melhor é: por que as panelleiras?

Carol: Vou falar de uma forma muito solta, porque muitas coisas vieram se processando, não necessariamente por um planejamento, ou por um mapeamento anterior que elegeisse importâncias relativas entre bens culturais com interesse para o Registro pelo IPHAN... O que houve foi o seguinte: a panela de barro, como é chamada, no Espírito Santo, a panela feita pelas panelleiras de Goiabeiras, é um ícone da cultura capixaba. É usada e apropriada local e regionalmente pela população e pelas instâncias do poder público, tanto através do setor de cultura quanto do setor de turismo, como uma referência, inclusive de imagem, para identificar o que é capixaba. É utilizada pela Cidade e pelo Estado também... O fato de a prática das panelleiras ter se mantido preservada é admirável no seguinte sentido: ocorre em uma localidade chamada Goiabeiras, dentro de um bairro no tecido urbano, cortado por uma grande avenida, nas proximidades da Universidade Federal e do aeroporto de Vitória, uma capital em expansão com grandes projetos industriais. E essa localidade sobrevive e se identifica culturalmente nesse fazer antigo das panelleiras. Pensei em propor o registro do ofício das panelleiras pela primeira vez em 1997, no seminário de patrimônio imaterial (Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção) em Fortaleza, fórum com a participação de várias instituições nacionais e internacionais, promovido pelo IPHAN e pela UNESCO. Ao final dos trabalhos, os organizadores fizeram uma sondagem informal junto aos participantes, perguntando quais os bens de natureza imaterial sugeriríamos para estudo, e a primeira coisa que me veio à cabeça foi o ofício das panelleiras. Embora a discussão sobre patrimônio imaterial estivesse ainda incipiente no IPHAN àquela altura, estava claro para mim que a primeira sugestão seria esse saber, essa técnica que elas dominavam e que já tinha merecido literatura a respeito. Os capixabas são muito orgulhosos dessa sua herança e desse seu produto.

L: Essa literatura era o que, da Universidade?

C: Não, jornalística, mas também da universidade. O antropólogo e arqueólogo Celso Perota já tinha feito algumas pesquisas... Os folcloristas também.

L: Ah, os folcloristas da Comissão Espiritossantense de Folclore?

C: Sim, havia até uma discussão bastante polêmica sobre a origem da técnica, uns afirmavam que era de origem africana, o arqueólogo sempre dizendo: é indígena. E aí foi achado um sítio arqueológico nessa área de Goiabeiras Velha, um sítio cerâmico muito antigo, com as características da panela... Encontrei também uma referência em Saint-Hilaire do início do século XIX, 1815, mais ou menos, em que ele fala das *frigideiras*, que é como as panelleiras chamam as panelas mais rasas, as panelas de moqueca. Elas não chamam panela de barro. Panela de barro é o nome genérico, mas essa panela que faz a moqueca (que é um outro bem cultural associado à panela de barro) elas chamam de frigideira. Não tem moqueca capixaba se não for na panela de barro. Elas, as panelleiras, fazem diferentes panelas: a panela mais baixa, a mais bojuda, e até o caldeirão de feijão, porque esses eram os utensílios delas. A panela associada à moqueca é a mais baixa, que é a frigideira, e que é mais rasa até pra você poder organizar as postas de peixe sem ficarem muitas camadas sobre as outras. O Saint-Hilaire cita Goiabeiras e cita a frigideira usada para torrar farinha. E ele usa esse termo. Foi a primeira referência encontrada na historiografia: 1815. O que é recente. Mas o autor se refere como a um costume muito antigo. Então, a motivação para o inventário seguido do registro foi um pouco essa mesmo. O fazer das panelleiras está tão apropriado que não se tratava propriamente de uma investigação, de uma descoberta. Era o reconhecimento de um bem que já

estava introjetado no imaginário popular. E eu, como cidadã *carixaba*, já estava seduzida pela questão das panelleiras e da panela de barro.

L: E você operou com aquela noção de referência cultural, não é? Que é o fundamento pra essa discussão de patrimônio, puxada pelo IPHAN.

C: Exatamente. É muito interessante, porque a apropriação é feita de muitas maneiras. Existe um trabalho muito bom da antropóloga Guacira Valdeck... chamado “Dar de comer”. É um texto muito interessante, onde ela aborda a questão do comer, quer dizer, essa atividade que é tão familiar, que é tão cotidiana, e o papel da panela nisso aí. E a reunião das pessoas, a celebração. A panela de Goiabeiras foi adquirindo esse significado e esse novo uso: de uma coisa que era do dia a dia, só restrita à comunidade que fazia – ou ainda mais antigamente para torrar farinha -, ela passa a ser vinculada à moqueca, ao almoço de domingo em família, à ocasião em que as pessoas recebem o visitante, oferecendo a ele o que têm de melhor.

L: E o sabor também...

C: Ah, sim, o capixaba é muito orgulhoso da sua moqueca, porque é uma moqueca muito honesta. O sabor do tempero valoriza o peixe sem interferir muito. Diferente do tempero muito forte da moqueca baiana, do leite de côco, do dendê que têm um sabor muito característico. Aí é isso, já havia essa literatura e, sobretudo, uma etnografia muito completa da Carla Dias, que já tinha ganhado um prêmio, a menção honrosa Sílvio Romero, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Na verdade, o IPHAN não é especificamente uma instituição de pesquisa.

L: É mais um órgão executor, né?

C: É formulador e executor de políticas públicas. Nesse caso, como já havia essa etnografia recente, nós fizemos todo o levantamento preliminar bibliográfico e documental e pudemos atualizar o inventário do bem através da metodologia do INRC. A gente fez o seguinte: para a atualização desses dados, preparamos uma equipe, que na época incluiu estudantes do Curso de Comunicação Social, alunos que já tinham estudado as panelleiras. Uma estudante morava no bairro, tinha uma entrada muito boa .

L: É no bairro das panelleiras que ela mora? É filha de panelleira?

C: Não, porque nem todas as pessoas que moram em Goiabeiras Velha são panelleiras ou parentes de panelleiras. Mas ela era vizinha de panelleira. Nós montamos a pequena equipe e fizemos a pesquisa. Depois consolidamos todo o trabalho e produzimos esse inventário com a pesquisa complementar. O trabalho da Carla Dias foi a principal referência, um trabalho extenso, de fôlego, muito detalhado. Ele tem o foco um pouco na organização política, de como é que esta resistência delas está ligada também a uma capacidade que elas desenvolveram de se organizar e de se expor. Expor o trabalho e o produto na mídia. Quer dizer, elas perceberam esta busca de identidade cultural do povo local e responderam prontamente ocupando um lugar que lhes cabia.

L: Elas têm uma Associação, inclusive.

C: Têm. Essa associação criada em 1980 viabilizou o galpão e defendeu, num primeiro momento, a jazida de barro. Há também a questão dos lotes urbanos. Antigamente – antes do aeroporto, década de 1950’- Goiabeiras Velha era um bairro periférico. À medida em que ia sendo engolido pelo tecido urbano, ia sendo valorizado. Naquele tempo, as casas das panelleiras tinham grandes quintais, onde elas queimavam suas panelas. Com o passar do tempo e conforme a necessidade das famílias,

começaram a construir os *puxadinhos*, as edificações anexas para abrigar uma filha que casava, o irmão que vinha, etc. E com isso ia diminuindo o espaço útil para a atividade, principalmente para a queima, eu não sei se você conhece o processo, mas é uma queima a céu aberto. Então, com essa redução da área dos quintais, elas começaram a ter a necessidade de utilizar novos espaços. E a prefeitura, na época, através da lei municipal de incentivo à cultura, a Lei Rubem Braga, edificou um galpão, mas que abriga no máximo em torno de trinta paneleiras, e elas são mais de cem. Essa é uma questão que deve ser levada em consideração: embora hoje mais de oitenta sejam associadas, é uma minoria que utiliza as instalações. E, no entanto, a Associação ficou sendo o canal de representação e de comunicação com o segmento, com o grupo mais amplo. Mas ainda há paneleiras que não estão associadas e continuam com a tradicional prática do fazer e queimar as painéis dentro das suas casas. É interessante observar esse universo...

L: E a etnografia da Carla fala sobre essa organização?

C: Fala também, fala sobre isso.

L: Seria interessante eu ter acesso a esse trabalho.

C: É importante. Até porque foi uma base etnográfica para o inventário.

L: Vocês fizeram alguma etnografia?

C: Não propriamente. Nós fizemos a pesquisa de campo aplicando a metodologia do INRC, mas já tendo estudado o trabalho da Carla e buscando uma atualização e uma complementação, já que era um outro momento e novos fatos se colocavam... O inventário também reuniu uma bibliografia extensa, que incluiu artigos, pequenos impressos e documentos, além de registros audiovisuais e das fichas de consolidação da pesquisa de campo.

L: O (trabalho) dela foi um trabalho anexo? Foi incorporado aos anexos?

C: Sim, uma fotocópia. Foi colocada dentro da caixa do dossiê...

L: Me falaram que é enorme o dossiê de vocês. Tem até pedaço de painela.

C: A gente achou importante colocar, como uma amostra do material do artefato. E hoje, do ponto de vista da política pública que envolve procedimentos de salvaguarda, eu acho que é importante. Está se travando ainda uma discussão, que começou na época do registro, que é a seguinte: havia uma intenção da companhia de saneamento estadual, desde há muitos anos, de instalar uma estação de tratamento de esgoto sanitário no lugar da jazida de barro das paneleiras, no Vale do Mulembá. Inclusive, vários acordos vinham sendo firmados desde a década de 80 com as paneleiras, com o compromisso de que a estação só seria implantada ali, caso fosse localizada, dentro do município de Vitória, outra jazida de barro com características semelhantes e aceitas por elas. O barreiro fica no Vale do Mulembá, que é dentro da ilha de Vitória, e Goiabeiras Velhas é fora da ilha de Vitória, na beira do canal... Elas iam por esse canal de canoa e desembarcavam na ilha. Andavam até o Vale do Mulembá, onde existe a jazida, pegavam o barro e vinham trazendo de volta para Goiabeiras. Era então uma atividade que envolvia a família: os homens eram envolvidos nessa etapa. E elas tinham a crença, que a maioria até hoje mantém, de que o barro nunca acaba. Que ele se renova, se refaz. Porque a vida inteira, por séculos e séculos, o barro foi tirado dali. E...

L: E a verdade não é bem essa...

C: E a verdade não é bem essa. A companhia de saneamento fez acordos porque os técnicos tinham escolhido aquele local para construir a estação de tratamento de esgoto sanitário. E que não fariam isso enquanto não encontrassem uma alternativa para o barro, porque, segundo eles, não encontrariam alternativa de local para a estação de tratamento. Parece que fizeram várias pesquisas com relação a possíveis jazidas alternativas mas sem sucesso. Foram muitos relatórios controversos. Uns afirmavam que a vida útil do barreiro era de seis meses, outro que era de cento e seis anos. Agora um último estudo, realizado em 2002, indicou dezoito anos. Então, a jazida, no ritmo de retirada das paneleiras, duraria *apenas* dezoito anos. Fiz uma representação ao Ministério Público alegando o impacto cultural negativo sobre o bem cultural como resultado da associação entre a idéia de esgoto e a de alimento, indissociável da panela. E que não se colocava a oposição entre saneamento e cultura. Foi uma representação ao Ministério Público mas o Ministério Público, depois desse laudo de que a vida útil da jazida era “só” de dezoito anos, então arquivou o processo. Mas dezoito anos me parece tempo excessivo para se abrir mão.

L: Elas ganharam pelos menos esses dezoito anos?

C: Não ganharam. Foi arquivado o processo. O ministério Público se pautou pela análise ambiental, e não cultural. A estação hoje já está construída e entrando em funcionamento. Isso é uma discussão para você, o aspecto do impacto cultural. Eu tentei explicitar na representação. Na verdade, o que se propunha, quer dizer, o IPHAN, não era impedir o funcionamento, mas tentar compreender e proceder de forma a salvaguardar da contaminação o acesso delas ao barreiro e a própria matéria-prima, através de algumas medidas. Estudar tecnicamente quais seriam as medidas mais adequadas. E agora é isso que se está fazendo, após o fato consumado. Tentar proteger, salvaguardar, as condições objetivas e materiais necessárias à continuidade da atividade. Mas a apropriação coletiva é cultural. E uma imagem, que gera essa sensação desconfortável de que você está produzindo e vendendo uma panela feita com a matéria-prima que foi retirada do mesmo local de uma estação de tratamento de esgoto, não combina com a integridade do ofício. Isso é um impasse cultural.

L: É complexo.

C: É complexo. Não tem estudo de impacto ambiental que me convença de que não vai contaminar. Porque se vê que não vai contaminar hoje. Mas todos esses gasodutos, esses oleodutos, com o correr do tempo vazam. Porque isso é natural, é uma coisa que faz parte do desgaste dos materiais, do erro humano do monitoramento.

L: Mas elas perderam então...

C: Bem, elas fizeram um acordo, e aí vem a questão da política, da associação. Elas fizeram um acordo, dizendo que concordavam com essa instalação e o funcionamento desse equipamento, que elas não iriam para a imprensa e nem publicamente dizendo que a estação poderia afetar o barreiro e, em troca, o Governo do Estado e a CESAN, no governo anterior ao governo atual, doaria uma série de itens tipo uma van, uma casinha para fazer restaurante, dentre outros itens.

L: Elas barganharam.

C: Barganharam. Através da Associação. Funcionou a sociedade organizada, que tem a representatividade política. Mas e as outras que não são associadas? E como é isso? E o trabalho? E uma diretoria que é conjuntural, temporária, ela teria esse poder de barganhar a matéria-prima de um ofício, uma tradição que vem de séculos? A Associação poderia negociar o futuro? Então, foi muito complicado. Eu acho que a gente não deva deixar de dar esse peso, porque é polêmico e é

complicado. É mais complicado, porque você está mexendo diretamente com as pessoas, com os seus sistemas de valores, de crenças, toda a sua experiência subjetiva e de grupo. Então é muito complicado. Eu não tenho a menor dúvida.

Mas o tombamento também é complicado. Foi instituído em 37, e eu posso imaginar o que seria do patrimônio material, principalmente o patrimônio urbano e arquitetônico brasileiro, sem o instrumento do tombamento. Agora, ele também é complicado, também ele é seletivo. Ele elege determinados espaços e edifícios como monumentos nacionais enquanto outros, por que não? Esse embate é diário... E a gente erra muito. O caso das panelleiras de Goiabeiras tem apresentado questões muito importantes para a discussão da salvaguarda de saberes e fazeres populares e para a formulação de políticas públicas voltadas para essas atividades.

L: E foi complicado fazer...

C: Pra elas não, porque como elas têm esse...

L: E elas procuraram o IPHAN? Como se deu o contato? Vocês procuraram?

C: Nós procuramos e expusemos que havia esse instrumento.

L: E nisso já acontecia esse problema da CESAN?

C: Já acontecia. Estava sendo tratado paralelamente pela Associação. O IPHAN ainda não estava inteirado disso, porque a gente não tinha ainda começado a fazer o inventário. Quando a gente começou a fazer o levantamento de toda a literatura e da documentação sobre elas, nos deparamos com essa questão do barreiro. Porque é a fonte exclusiva de onde elas tiram a matéria-prima.

L: E não tendo a matéria-prima...

C: Exatamente. E essa matéria-prima é uma matéria-prima muito específica. O processo delas de fabrico da cerâmica é ao contrário do que se considera tecnicamente adequado para o processo de fabricação da cerâmica. Digo isso no seguinte sentido: já conversei longamente com geólogos e eu estou simplesmente transpondo essa opinião, que não é minha, porque não se aplica, no caso das panelleiras, esse tipo de racionalidade, elas têm outra lógica, outra percepção. Segundo os técnicos, elas submetem o artefato delas, a panela, a sucessivos choques térmicos, e tecnicamente não deveria ser assim.

L: Mas funciona.

C: Claro! E só é assim porque funciona. Porque a panela resiste. Essa granulometria, a presença de areia dentro do barro, alguma matéria orgânica, a quantidade de argila. Tudo isso dá uma composição que tem características físico-químicas que permitem que elas continuem fazendo daquele jeito. Elas têm perdas? Têm. Mas como o barro - na cabeça delas - sempre se renova, ter perdas, faz parte. Rachar faz parte. E a quebra funciona como um controle de qualidade. Não rachou nem quebrou na queima, não vai quebrar no uso. E as perdas elas absorvem...

L: Com o ganho cultural.

C: Porque elas não têm essa medida da eficácia, da eficiência e da produtividade. É outro universo. É outra relação com o fazer e com o produto que advém desse fazer. O fazer é ali, na conversa, todo mundo junto...

L: Tanto que ninguém usa um torno, né? Porque se fosse assim pra operacionalizar...

C: Não, não poderiam. Elas não poderiam. Essa argila, essa matéria-prima delas não permite. Com a velocidade do torno ela sangraria a mão. O barro tem uma quantidade de areia numa granulometria, que com o girar do torno na puxada da panela, feriria a mão. Mas tem que ter essa componente arenosa porque é isso que na hora da queima produz uma resistência, uma impermeabilidade, o que é muito interessante. Isso é um capítulo à parte. Acho que os ceramistas... Acho que a Carla também fala isso, porque é uma especificidade. O que eu já vou adiantar, apesar dessa representação do Ministério Público ter considerado que tudo bem, eu estou tentando discutir no IPHAN uma alternativa de transferência dessa matéria-prima, na indústria de cerâmica eles fazem isso, armazenar em uma área fora do perímetro de contaminação para que elas possam continuar usando.

L: Mas tudo?

C: Vamos preservar o lugar mesmo com esta estação funcionando? Então a gente tem que avaliar. Veja bem, aí tem outras implicações também, mas do viés antropológico. O fazer é um fazer inteiro, que vai desde tirar o barro até a panela pronta. Só que esse fazer envolvia andar de canoa... Ele também se modificou, elas já vão pela estrada, já é o caminhão que sai. Algumas vão com a sua família até hoje, vão de burro, vão na carroça, porque como tem a rodovia, não vão mais pelo canal, vão pela rodovia com suas carroças puxadas por cavalo ou mula, e vão lá e retiram. Tem isso também. Há que tentar o risco. Quer dizer, muitas delas hoje compram bolas de barro, então essa modificação já faz parte... já virou uma profissão dentro disso, a do tirador de barro.

L: Aí ele já prepara, né?

C: Não, ele faz a coleta mesmo. Ele vai retirar de lá.

L: E elas é que preparam?

C: Não, o tirador deixa no galpão da Associação ou na porta da casa da paneleira, e depois elas pisam. Também tem o homem que pisa o barro. Elas estão cada vez mais se especializando. Porque a paneleira, dentro das diversas atividades que o fazer impõe, a paneleira é a artista. É ela quem modela. A própria paneleira pode fazer tudo, do início ao fim do processo. Ela sabe. Mas às vezes ela pode se dispensar de algumas etapas. Voltando ao barreiro, a linha é mais ou menos nesse sentido. Na hora em que a estação estiver mesmo pra funcionar podemos propor retirar uma parte do barro. Lá tem muito mais barro. Mas só que numa profundidade que também não seria acessível da forma tradicional... Para esgotar a jazida teria que ser usado equipamento para bombeamento, o que iria degradar ainda mais o lugar. E esse lugar já está sendo bombardeado por uma série de fatores. Eu acho que se deveria estudar essa alternativa de se retirar uma boa parte para estocar. É viável? Seria recomendável? Não sei. Uma segunda possibilidade seria iniciar uma pesquisa para decompor essa argila, conhecer essa matéria-prima profundamente a ponto de se poder reconstituí-la artificialmente. Sabemos que a dinâmica é afetada por uma série de fatores, então, é necessário avaliar os aspectos essenciais... E outros também...

L: E é uma parceria até com a universidade, né? Com geólogos...

C: Nesse caso a gente está contatando o Instituto Geológico do Brasil. Então eu acho que seria interessante a gente não desistir. Porque essa materialidade é fundamental, porque senão não tem ofício nem produto.

L: E elas ficaram muito tristes, quando perderam?

C: Não ficaram, porque...

L: Não tinham esse medo?

C: Não, porque elas já tinham feito esse acordo.

L: Mas é uma coisa bastante imediatista esse acordo.

Corte.

Luciene: Bom, aí a gente falou do processo.

Carol de Abreu: O Inventário.

L: De que vocês da regional procuraram a Associação das Paneleiras

C: Colocar a existência do instrumento e se era do interesse. E elas disseram que sim, porque tudo que desse visibilidade a elas, ao produto delas. E aí elas fizeram uma cartinha e a Secretaria de Cultura Municipal de Vitória também fez uma solicitação.

L: Quem é que propôs, a associação das paneleiras?

C: É. A Associação de paneleiras.

L: Essa associação que pede o registro. Foi através de um abaixo-assinado?

C: Não, foi a própria presidente da Associação, na verdade era para pedir que fosse avaliada a possibilidade do registro. Eu não me lembro direito como foi o texto, fizemos uma minuta, mas foi alguma coisa nesse sentido. Porque aí então a gente ia fazer o inventário para propor o registro, submeter ao Conselho Consultivo, porque a gente não podia também levantar uma expectativa do registro. A gente conversou muito sobre esse processo todo.

L: E isso foi quando?

C: Acho que em 2000, 2001.

C: Logo depois do decreto.

L: É.

L: Houve alguma dificuldade na hora de aplicar o inventário, alguma questão de metodologia?

C: Sim, acabamos fazendo umas adaptações. Porque o questionário não é propriamente aberto, mas admite priorizar algumas questões e excluir outras que não cabiam naquela situação. Foram muitos questionários. Em torno de uns 60.

L: E era por núcleo familiar?

XX

C: Não exatamente, embora a maioria das panelleiras seja de parentes e contra-parentes. Entrevistamos vários indivíduos com funções diferenciadas. Porque como já havia um levantamento preliminar, a gente já tinha uma idéia de como era o processo, até porque já havia algumas pesquisas feitas, e a gente tinha uma noção de que tipo de atividade envolvia ou que tipo de profissional. Porque, às vezes, nem é uma coisa de cunho profissional. Às vezes, faz parte de uma relação afetiva mesmo, de solidariedade. Então a gente tentou entrevistar no mínimo uma pessoa em cada posição dessa dentro do processo. Até os comerciantes. Fizemos uma pesquisa paralela sobre o uso para a gente ver a distribuição da panela de barro, o alcance disso regionalmente. Até fora do estado e ver até onde ia o alcance...

L: Dessa marca, né?

C: Isso. E aí, as questões que envolviam outras panelas...

L: Porque tem outras de barro...

C: Tem. Essas sim usam torno, mas são feitas com outra matéria-prima. Mas elas imitam o aspecto final. Embora sejam com torno, elas são também grandes, também com a tampa, também com o pezinho de ferro que é pra apoiar, mas usam torno, forno, e a cor...

L: A cor é diferente?

C: Não, a cor é a mesma. Elas (as panelas concorrentes) imitam a panela preta, mas a partir do uso de folhas no forno. Elas queimam as peças no forno junto com folhas, não sei se de aroeira, são umas duas ou três qualidades de plantas, que a fumaça queima e fica preta a panela, ou seja, essas outras são de fato uma concorrência de certa forma competitiva, pois elas são feitas mais rapidamente, são mais baratas, não tem todo esse processo que envolve uma exposição direta das artesãs, é mais bruto, no sentido de que o açoite com a tintura de tanino é feito com a panela muito quente, elas têm que proteger as pernas...

L: Isso lá em Goiabeiras.

C: Isso lá em Goiabeiras. Essa outra já é mais tranquilo na medida em que o risco de exposição é menor. A cor já é dada na própria queima. E elas as panelleiras de Goiabeiras se ressentem. Elas reclamam. Porque essas panelas de torno são vendidas como panelas de barro do Espírito Santo, como se fossem de Goiabeiras. Então o visitante estrangeiro, de fora dali, ele não tem o olho, ele vê que são as panelas circulares, baixas, com tampa, com aquelas orelhinhas, pra eles é tudo a mesma coisa. E essas olarias, esses artesãos conseguem fazer um preço mais acessível.

L: Eles não chiaram na hora de fazer o inventário de não serem prestigiados com esse título de patrimônio do Brasil?

C: Quem?

L: Os concorrentes.

C: Eles não foram inventariados. O que a gente tem é um levantamento do Sebrae que tinha feito umas oficinas com eles. Porque na verdade tem espaço pra todo mundo. O que a gente acha que seria apropriado fazer é que eles buscassem um produto próprio, ao invés de ficar sempre na sombra do que está consagrado das panelleiras. Mas obviamente que há espaço, o consumo é enorme, tem

muito turismo, muito visitante, um balneário, principalmente nos arredores de Guarapari, que é um balneário muito antigo.

L: Então não houve este tipo de tensão entre os que apóiam os inventariados e os demais.

C: Não. É uma questão de um mínimo de sensatez. Se eles mesmos sabem que eles copiam a referência, eles não podem reivindicar a mesma legitimidade. Até porque o que legitima o outro é a questão da tradição, da herança. A cerâmica enquanto uma técnica eminentemente própria, porque ela é do cotidiano, é responsável pela produção de utensílios que são do uso cotidiano. Ela feita daquela forma configura uma herança de um dos eixos da formação da sociedade brasileira, que é no caso, indígena. Além do que, ela se reproduz ali em situações muito especiais e específicas.

L: Você falou que em termos de referências bibliográficas. Foi importante o material dos folcloristas. No caso da Comissão do Espírito Santo de Folclore, ela foi envolvida neste processo, ou não?

C: Não. A gente sofreu um pouco de pressão. Primeiro, porque no IPHAN no Espírito Santo a gente é uma equipe mínima. Então a universidade, a associação de pesquisadores de folclore, o Conselho Estadual de Cultura, tem uma série de instituições, o IHGB do Espírito Santo, tem uma série de instituições que já se envolveram com essa questão e produziram coisas. Então, dentro do que já havia sido produzido e estava disponibilizado, a gente fez esse levantamento prévio (inaudível)

L: (...) naquele congresso em fortaleza...

C: (inaudível). Outros grupos presentes também fizeram suas sugestões. Enfim, houve uma divisão aí de interesses... Como era um bem que já tinha muito material e pro inventário, na verdade, eu me lembro que a Comissão de Folclore tinha um assento no Conselho Estadual de Cultura e eles estavam também fazendo um tombamento quando eles nos chamaram. Pelo Conselho Estadual de Cultura. E eles até tinham um processo na mão na época, tinha um mandato do IPHAN, eu achei que a gente podia estabelecer alguma coisa, e fomos andando. Na verdade, o inventário é uma coisa simples. Tem uma coisa interessante que embora a gente tenha tido uma certa... Uma necessidade de afirmação...

L: Da metodologia...

C: Não só da metodologia, principalmente da lei, do decreto, do instrumento legal. Já que ele foi criado em 2000 e foi (inaudível) consumado. A gente tinha que começar por algum lugar até pra poder levantar questão, a gente não tinha vivenciado nenhum processo pra ver como é que era.

Fim do Lado A

Lado B (muito barulho)

C: Elas assinaram um acordo que eu acho que desmobilizou muito as pessoas. Todo mundo ficou muito descrente, as próprias interessadas. Bom, e aí, vamos lá, na verdade já estava quase pronto (o inventário?), inclusive foi a sistematização e a atualização de um trabalho que já tinha que envolver todas estas instituições, (inaudível), do Instituto-Histórico Geográfico, tem publicações. Tudo isso a gente leu tudo. Foi uma coisa meio operacional, no sentido de que, está tudo pronto, então vamos botar no Conselho Consultivo pra ver até como vai ser a reação, né? Então, a partir daí, elas tiveram este registro, usei este registro para poder fortalecer esta questão da defesa da matéria-prima. E eu tive a resposta agora, depois de dois anos que isto rodou, deste arquivamento. Mas eu não me

frustro não, porque eu sei como são esses prazos. Mas eu acho que a gente não deve desistir, não. Isso é uma questão que se coloca até exemplarmente. A materialidade do imaterial. As condições objetivas do patrimônio imaterial sempre vão existir, se elas ficarem ameaçadas, não tem... Vai sofrer com isso, então, eu acho que é assim mesmo, a gente está trabalhando nesta linha.

Corte.

C: Foi um caso primeiro ainda com uma grande margem de experimentação, no sentido de como se construía este processo. Porque uma coisa é o Inventário. Depois, como você vai organizando e sistematizando a informação para a instrução junto ao processo de registro. Tudo isso a gente fez e a gente ainda está avaliando na verdade, porque essas novas questões se colocam. Por exemplo, no caso de celebrações, a gente é muito cobrado com relação ao porte financeiro direto pras populações, o que eu acho uma coisa complicada, depende de como você vê isso. Se a coisa se manteve tradicionalmente até hoje, é um tipo de ajuda eventual de um simpatizante... Mas você criar uma dependência de um patrocínio, de um programa permanente de financiamento, não sei se é por aí. Qual é o custo disso pro próprio grupo e qual é a expectativa que ele dá em troca? Não sei, são muitas questões. É muito delicado.

L: Política pública nessa área é muito delicado.

C: Exatamente. Eu acho que se essas manifestações culturais até hoje não dependeram disso... As pessoas têm que ter é emprego, é escola, é educação digna, pra poder na hora do lazer brincar como quiser. Agora, por outro lado, como não há emprego, etc. se aquilo é tão importante, nem isso vai restar? Então a gente pode ajudar de alguma forma? Eu acho que haverá formas de ajuda. Agora, quais são esses procedimentos? Quais são essas formas de parceria, de estimulação e de valorização? A gente também está pensando sobre isso. Ainda está por ser construído.

L: Elas conseguiram título, acho que em 2002, na 37ª reunião em outubro ou novembro. Já tem quase dois anos. Quais foram os ganhos? Você tem acompanhado o grupo ou está muito recente?

C: Eu acho que está recente. E outra coisa, uma coisa é você reconhecer um mérito que é delas, pelo trabalho, pela produção, pelo conhecimento e por todas as condições que propiciaram essa história de se manter e elas terem uma relação com esse trabalho tão forte e tão prazerosa, porque elas têm. Elas fazem rindo e acham bom. Que expectativa a gente tem o direito de ficar? Colocando pra elas? Em uma situação em que a gente não tem estas estruturas montadas, a estrutura nova do IPHAN está saindo agora. Já estão falando no Instituto Nacional de Museus. O patrimônio imaterial está se construindo neste trabalho. Elas sabem que têm esse registro, elas sabem que podem usar essa informação, elas têm a cópia do decreto.

L: Elas têm o dossiê?

C: Não. O dossiê nós estamos reproduzindo. Elas têm algumas peças do dossiê, mas elas não têm o dossiê completo, não. E elas também não reivindicaram isso explicitamente e a gente ficou... Enfim, nós estamos fazendo uma versão do dossiê para dar para elas e para distribuir nas bibliotecas, aos interessados. Porque o dossiê é um conjunto. Ele está numa caixa, tem vídeo, tem caco de panela, tem algumas publicações, tem a consolidação do inventário, dos questionários. Então a gente está fazendo uma edição disso aí de forma que fique mais fácil manusear. O dossiê não; ele é institucional. Nele foi se agregando, ele é um processo, na verdade. Ele saiu de um tamanho e foi acrescentado ao conteúdo da caixa. Daí tem o processo propriamente com o parecer do relator... Então, isso é uma coisa institucional. Agora eu acho que com certeza a gente tem que terminar isso, editar o dossiê, a gente está trabalhando nele e isto está programado da gente fazer.

L: E a questão da nova superintendência que separou Rio do Espírito Santo? Isso já era uma coisa que já vinha, ou você acha que o fato de ter o primeiro registro de patrimônio imaterial no Espírito Santo pode ter dado uma visibilidade?

C: Eu acho que a gente tem uma equipe bem pequenininha. E eu, desde 1993, fiz a primeira carta pedindo apoio e tentando sensibilizar as autoridades do Estado e federais, inclusive, no Ministério da Cultura, para que o Espírito Santo saísse dessa condição. A gente tem um universo pequeno de bens tombados, de edificações, mas também somos uma sub-regional, temos um pequeno orçamento, então fica aquele círculo vicioso. Então a gente começou a tentar romper isso de várias formas. Por exemplo: fazer esse primeiro registro foi muito interessante. Porque a gente conseguiu de fato usar instrumentos disponíveis pra valorizar e reconhecer e identificar melhor os bens culturais que a gente acha que a importância já extrapolou a fronteira, quer dizer, não tem uma importância só regional, mas pensar que pode ser reconhecida nacionalmente. Acho que isso se somou a vários outros fatores. Sobretudo, isso já está sendo pleiteado há muito tempo, mas eu acho que houve na gestão neste atual governo uma atenção maior dentro da casa para o fortalecimento institucional, porque isso fortalece institucionalmente o IPHAN, na medida em que pode gerar melhores condições de trabalho, de melhor responder as atribuições que são institucionais e constitucionais.

L: E vocês já estão pensando em outro inventário?

C: A gente está começando a montar equipe. Foi um projeto pra inventariar o congo de Nova Almeida. Mas é um inventário, não necessariamente pra registro. Mas porque a gente percebe que o IPHAN cuida também de monumentos e áreas tombadas, e sempre com a dimensão dessa experiência coletiva subjetiva do segmento do usuário daquele bem que constitui o patrimônio imaterial. Mas bens de natureza imaterial, dentro daquelas categorias já identificadas, como expressões desse patrimônio imaterial, dos saberes, das expressões, das linguagens, dos lugares e as celebrações...Pra tratar disso, a gente está propondo esse projeto que é: a gente tem uma área tombada, esse foi um aldeamento jesuítico que se preservou na sua configuração da grande praça e que é o *locus*, o lugar de representação, de prática das bandas de congo, festa de São Benedito e São Sebastião. É lindo. Então, pra usar essa palavra que está muito na moda, da transversalidade, você botar isso em prática a partir do patrimônio imaterial, foi até um projeto de 2002, nós não conseguimos aprovar no ano passado, conseguimos aprovar esse ano.

L: Aprovar por onde?

C: Pelo IPHAN, dentro do próprio IPHAN.

L: Então primeiro as regionais submetem o projeto dentro do próprio IPHAN...

C: É, porque aí vai pra discussão de orçamento. Ano passado não foi possível, talvez pela troca de governo, não sei, e já esse ano a gente pode entrar. E vamos também reforçar esse inventário das panelinhas no seguinte sentido: de melhor inventariar a localidade de Goiabeiras Velho, porque a gente percebeu é que embora a expressão ofício das panelinhas enquanto um bem imaterial, ele se sobressai na localidade, mas o que permite esta prática são uma série de outras relações culturais que não foram identificadas totalmente porque a gente estava muito centrada no ofício. Então isso é uma coisa que a gente já conversou e que a gente vai voltar. Vamos voltar a campo. Porque acho que a gente vai continuar contribuindo para a compreensão da existência desse bem, desse fazer lá.

L: E isso vai ser no inventário?

C: É, só como inventário, nada de registro. Mas só enriquecer o inventário que, aliás, já é uma perspectiva da metodologia. Ela já está bem clara com relação a isso, mas que naquele momento em função das gestões pra que fosse logo registrado essa coisa foi um pouco passada. E agora a gente vai pegar e fazer melhor. É bonitinho demais.

L: O próximo é o congo?

C: É.

L: E esse espaço já é um espaço tombado?

C: É. A Igreja... E a praça é a fronteira, a praça também é, a grande praça.

L: Na verdade vai colocar, digamos assim, o recheio?

C: O recheio?... mas eu não gosto muito disso. Porque eu acho que é um dos recheios hoje, mas eu acho que tem tanto recheio, sabe? Porque tem várias outras práticas que se dão ali, além dessa tem várias outras. É uma igreja que funciona como igreja, tem uma comunidade religiosa, vai lá, reza, tem uma relação de devoção muito profunda e muito séria. Eu acho que a própria edificação dela emana uma coisa muito interessante do ponto de vista do que foi aquilo, porque aquilo está ali, tem um sítio arqueológico, tem várias estruturas que a gente conseguiu identificar pra gente entender porque que aquilo... Então eu acho que tem uma série de recheios em várias dimensões que se sobrepõe e que umas afetam as outras. Eu concordo que seja um recheio importantíssimo. É um recheio muito significativo, que é uma festa linda, de uma celebração.

L: E quando que é?

C: Eles têm uma festa de reis, seis de Janeiro, a festa de São Sebastião que é vinte de Janeiro e São Benedito que lá eles comemoram eu acho que é fim de dezembro. Na serra, eles comemoram 26 de Dezembro, ou 25, em Vitória é 27. Eu não posso te dizer assim, porque são datas que, assim, cada um escolhe um pouco a sua, mas em geral é final de dezembro.

L: Se esse ano eu não puder ir, então ano que vem eu vou.

Corte.

C: Basicamente eu entendo assim: uma coisa é você discutir a dimensão imaterial do bem material. Então você diz assim: está aqui.

L: O recheio seria nesse sentido...

C: Mais o foco sempre esteve no bem material. Você vai explicar porque ele é culturalmente importante, aí você lança mão do recheio. Agora, diferentemente, é você focar em cima do imaterial. O que me interessa é essa coisa viva é esse processo aqui, é essa comunicação, é essa linguagem, é essa dança. E aí você vai dizer então: aí tem a coroa, porque ela é um elemento imaterial, porque ele tem um significado dentro daquilo.

L: Simbólico.

C: Sim, mas são várias outras coisas. Mas o foco é o outro.

L: Tanto que só o registro é que pode dar essa dimensão, né?

C: Exatamente.

L: Você acha que o registro nessa dimensão antropológica é a maneira mais plena de se entender esse bem?

C: Não, eu acho que há inúmeras formas de entender esse bem. Agora, eu acho que há uma tentativa. Uma tentativa de sistematizar naquele seu momento, no momento do inventário, você realmente tentar cercar...Por exemplo, a gente colocou um vídeo feito pelo pessoal de São Paulo sobre as paneleiras...

Eu acho que eu cheguei a ver...

C: Com várias vinhetas, editado com vários aspectos...

L: Dando foco no modo de fazer, nos instrumentos.

C: É. São vários. Então eu acho que não há uma forma definitiva nunca. Quanto mais rico de informação, melhor. Porque são as várias leituras. E até como elas vêm. Porque está fora do controle delas. Na verdade, é muito mais a gente atribuir se a gente sente, pensa e considera sobre elas e sobre o trabalho delas do que elas mesmas. Elas independem disso pra viver. Elas são absolutamente autônomas e a gente não quer mexer nisso. Se a gente criar qualquer tipo de dependência, qualquer tipo de expectativa frustrante, isso não vai de jeito nenhum contribuir, nem valorizar nada.

L: Você teve acesso a última publicação do Centro Nacional do Folclore sobre a experiência deles do inventário?

C: Não. Você sabe que a Letícia Vianna pediu pra eu escrever, mas eu acabei não escrevendo nada. Acho que não saiu nada sobre as paneleiras.

L: Não saiu. Saiu mais pelos projetos que eles estão trabalhando. E aí culminou com a eleição do jongo. E aí tem várias questões que os inventariantes colocam com relação à metodologia, que a metodologia tem alguns problemas principalmente na hora de aplicar.

C: Mais tem mesmo. Na verdade, a metodologia não é uma exigência pro registro. O registro tem que estar muito bem instruído, mais não é obrigatório seguir a metodologia.

L: Como é que é essa história da instrução? É o próprio inventariante que instrui?

C: É que pede, mas aí é um processo pra ver se o que está sendo sistematizado e oferecido é suficiente pra caracterizar o bem a ponto de ele ser examinado pra registro.

L: Você está a quanto tempo no IPHAN?

C: Desde 80.

